

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.552 - SP (2019/0039964-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : VICTOR FAVA ARRUDA E OUTRO(S) - SP329178
EMBARGADO : MARIA CELISA VOLLET SCALZO
EMBARGADO : ANTONIO CARLOS LORENZETTI VOLLET
EMBARGADO : JORGE HENRIQUE LORENZETTI VOLLET
EMBARGADO : AYRTON VOLLET JUNIOR
ADVOGADOS : MANUEL DONIZETI RIBEIRO - SP071602
RICHARDSON AUGUSTO GARCIA E OUTRO(S) - SP181057

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo contra decisão às e-STJ, fls. 91-94, que negou provimento ao recurso especial.

Aduz a embargante, em suma, que a decisão seria omissa ao não ter observado que a matéria relativa ao alcance da tese firmada nos Temas 877 e 880 do STJ foram afetadas para julgamento de recurso repetitivo (REsp 1.806.528/SP).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 103-104.

É o relatório.

Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, o que não ocorreu na hipótese em apreço.

No caso, não há omissão na decisão recorrida, que julgou o recurso especial em observância à modulação de efeitos da tese firmada no julgamento do Tema 880 do STJ.

Ademais, o REsp 1.806.528/SP já foi desafetado e julgado em consonância com a modulação de efeitos supramencionada, em acórdão de minha relatoria assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DEMORA NO FORNECIMENTO DE FICHAS FINANCEIRAS. HIPÓTESE DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA REPETITIVO 880/STJ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. APLICAÇÃO AO CASO CONCRETO. PROPOSTA DE AFETAÇÃO NÃO ACOLHIDA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Hipótese que não se presta para afetação do recurso como representativo de controvérsia, tendo em vista que o objeto do processo foi esgotado pelo STJ na apreciação dos Temas Repetitivos 877 e 880.

Comunique-se ao Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes o inteiro teor desse julgado, a fim de que seja cancelada a Controvérsia n. 104/STJ.

2. A bem dizer, seria possível até mesmo o julgamento do recurso por meio de decisão monocrática, aplicando-se a Súmula 568/STJ (O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema). Entretanto, como se trata de tema que tem gerado interpretações diversas nos Tribunais Regionais Federais, conforme salientado na decisão do Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, entendo ser adequado levar o processo ao julgamento colegiado, a fim de trazer uma orientação mais segura às instâncias de origem.

3. Na sessão do dia 28 de junho de 2017, o REsp 1.336.026/PE, de minha relatoria, afetado como representativo de controvérsia, foi julgado, tendo a egrégia Primeira Seção, à unanimidade, firmado a seguinte tese: "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros" (REsp 1.336.026/PE, Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, julgado em 28/6/2017, DJe 30/6/2017).

4. No julgamento dos embargos declaratórios, decidiu-se pela modulação dos efeitos, no seguinte sentido: "Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017."

5. A referida modulação aplica-se igualmente às execuções propostas antes ou depois de 30/6/2017, abrangendo também as decisões transitadas em julgado na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Nesse exato sentido, cito os seguintes julgados: EAREsp 668.582/RS, EAREsp 657.520, EAREsp 692.181/RS e EAREsp 549.713/RS (DJe de 15.8.2018), todos de minha relatoria.

6. No processo ora em análise, é fato inconteste que a ação que se pretende executar transitou em julgado em 27/5/2011, e a execução decorrente foi distribuída em 9/11/2017. Aplica-se-lhe, portanto, a modulação dos efeitos

Superior Tribunal de Justiça

determinada no REsp 1.336.026/PE, contando-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos a partir de 30/6/2017, o que torna evidente a não ocorrência da prescrição no caso concreto.

7. Em suma, mesmo que usando fundamentos diversos, o Tribunal a quo concluiu que não ocorreu a prescrição no caso concreto, entendimento este que reflete o julgamento modulado no REsp 1.336.026/PE, e que merece observância pelos juízes e tribunais em todo o país, conforme prescreve o art. 927, inc. III, do CPC/2015.

8. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.798.831/SP, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/10/2019, DJe 9/10/2019 - grifos acrescidos)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator